

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	23
------------------------	-----------

CAPÍTULO 1

A FILOLOGIA DAS VULNERABILIDADES: A

ARQUEOLOGIA DE UM SIGNO	27
--------------------------------------	-----------

1.1. Críticas ao uso das expressões “vulnerabilidade” e “vulneráveis”	35
1.2. A vulnerabilidade enquanto característica especial de certos indivíduos ou grupos (função adjetivante)	39
1.3. A vulnerabilidade enquanto universal condição humana	43
1.4. A vulnerabilidade enquanto princípio bioético	45
1.5. A vulnerabilidade enquanto barreira ao acesso à justiça e a metáfora das ondas renovatórias: por um devido processo legal das pessoas vulneráveis.....	48

CAPÍTULO 2

A VULNERABILIDADE NO DIREITO: GÊNESE E NATUREZA

JURÍDICA	59
-----------------------	-----------

2.1. A vulnerabilidade na Legislação Brasileira	61
2.1.1. O “Ciclo Jurídico da Vulnerabilidade”: fenômeno poliédrico entre necessidades insatisfeitas por escassez de recursos (hipossuficiência), o risco e o dano (o processo de vulneração e vitimização)	66
2.1.2. Necessitados Constitucionais e o reconhecimento implícito de sua vulnerabilidade na Constituição	72
2.2. Funções Jurídicas da vulnerabilidade	75
2.2.1. Função de delimitação conceitual ou de reconhecimento	75

2.2.2. Função Interpretativa e a solução de dúvidas (“ <i>in dubio pro vulnerabilis</i> ”)	78
2.2.3. Função Diferenciadora entre a inclusão e o aprofundamento do reconhecimento.....	81
2.3. A vulnerabilidade no Direito do Consumidor	83
2.3.1. A clássica taxonomia das vulnerabilidades em Direito do Consumidor: técnica, científica, socioeconômica e informacional	85
2.3.2. Novas vulnerabilidades no Direito do Consumidor	91
2.3.3. A vulnerabilidade na dimensão relacional: a lei do mais forte.....	98
2.4. Microssistema de Proteção dos Vulneráveis e Diálogo das Fontes.....	103
2.5. Sistema de Justiça e Proteção dos vulneráveis	108

CAPÍTULO 3

A HIPERVULNERABILIDADE NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ).....	113
3.1. Coletividades Hipervulneráveis	113
3.1.1. Coletividade Consumidora 1 – O direito à informação para proteção à saúde de coletividades hipervulneráveis: o caso Glúten e da Tartrazina.....	114
3.1.2. Coletividade Consumidora 2 – Os Usuários de Serviço Público: discricionariedade técnica e normas regulatórias <i>versus</i> proteção dos (hiper)vulneráveis	117
3.1.3. Coletividade Consumidora 3 – Publicidade e Cigarro: um caso de hipervulnerabilidade?	119
3.1.4. Crianças e Adolescentes	122
3.1.5. Pessoas Idosas.....	125
3.1.6. Pessoas com Deficiência.....	132
3.1.7. Coletividade indígena.....	134
3.1.8. Necessitados Educacionais	139
3.2. Indivíduos hipervulneráveis	141
3.2.1. A proteção da Criança por via interpretativa: prescrição e o absolutamente incapaz	141

3.2.2. Pessoa Idosa 1: a proteção da pessoa octogenária	142
3.2.3. Pessoa Idosa 2: sucessão em Plano de Saúde pós-falecimento de titular	144
3.2.4. Pessoa Idosa 3: “vulnerabilidade bancária”: responsabilidade civil e deveres especiais de proteção.....	151
3.2.5. Pessoa Idosa 4: Reconhecimento da situação de hipervulnerabilidade com remessa a outros instrumentos de tutela distintos da pretensão do hipervulnerável.....	155
3.2.6. Pessoa Indígena, analfabeta e idosa: <i>interseccionalidade</i> ? ...	157
3.2.7. Consumidor Enfermo – o diálogo CDC-CC e a comunicação intersubjetiva da situação de hipervulnerabilidade: o caso cogumelo do sol.....	160
3.2.8. Hipervulnerabilidade e subsistência da mulher vítima de violência doméstica	163
3.2.9. Crianças e Adolescentes vítimas de crimes sexuais.....	167
3.2.10. Pessoa em Situação de rua	168

CAPÍTULO 4

ANÁLISE CRÍTICA DA HIPERVULNERABILIDADE

4.1. Hipervulneráveis e Hipervulnerabilidades	173
4.1.1. Esclarecimentos etimológicos e terminológica.....	175
4.1.2. Fatores de agravamento da vulnerabilidade	179
4.1.3. Consequências qualitativas do reconhecimento da hipervulnerabilidade	184
4.1.4. Hipervulnerabilidade e o risco do campo fértil aos excessos	194
4.2. Movendo a navalha de Ockham: uma proposta dogmática	199
4.2.1. Filtro normativo: a vulnerabilidade agravada na perspectiva legal (legislação consumerista).....	201
4.2.1.1. Vulnerabilidade Etária	204
4.2.1.2. Vulnerabilidade sanitária (biológica ou em razão da saúde).....	214
4.2.1.3. Vulnerabilidade cognitiva e/ou intelectual (em razão do conhecimento).....	216

4.2.1.4. Vulnerabilidade social em sentido estrito	220
4.3. O corte da navalha: por uma adequada hermenêutica das vulnerabilidades – reflexões à luz do Direito brasileiro	223
4.3.1. Um teste de (hiper)vulnerabilidade? Reflexões a partir de Estupiñan-Silva	237
4.3.1.1. A dimensão procedimental e o incidente da adaptabilidade aos vulneráveis – a “vulnerabilidade como procedimento”	240
CONCLUSÕES.....	243
REFERÊNCIAS	255